



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE CHUVISCA  
PODER LEGISLATIVO MUNICÍPIO DE CHUVISCA



Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Chuvisca.

O Vereador Cleber Subda Galski da bancada do PSB, abaixo assinado, vem, no uso de suas atribuições legais, propor ao Plenário o seguinte:

**Projeto de Lei nº 06/2025**

**Câmara Municipal  
de Vereadores de Chuvisca**

Protocolo nº 292

Data: 26/09/2025

Horário: 09:00

Beatriz  
Responsável

“Dispõe sobre a vedação à participação em concursos públicos e à nomeação para funções de confiança e cargos em comissão, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de pessoas condenadas por crimes praticados com violência contra a mulher”.

**Art. 1º** Fica vedada, no âmbito da Administração Pública Municipal, a participação em concursos públicos, bem como a nomeação para funções de confiança e cargos em comissão, de pessoas que tenham sido condenadas, com decisão transitada em julgado, por crimes praticados com violência contra a mulher.

**§1º** A vedação perdurará enquanto durarem os efeitos da condenação.

**§2º** Para os fins desta Lei, consideram-se crimes praticados com violência contra a mulher aqueles previstos na legislação penal e na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

**Art. 2º** A comprovação da idoneidade será exigida no ato da posse ou nomeação e, anualmente, mediante apresentação de certidões negativas criminais expedidas pelos órgãos competentes.

**Art. 3º** O descumprimento desta Lei implicará na nulidade do ato de nomeação ou posse, sem prejuízo das demais sanções administrativas e legais cabíveis.

**Art. 4º** A Administração Pública poderá adotar medidas administrativas para assegurar a observância desta Lei, sob pena de nulidade do ato de nomeação ou posse.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chuívisca, 26 de setembro de 2025.



Cleber Subda Galski  
Vereador PSB



### **Justificativa do Projeto de lei nº 06/2025**

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem como objetivo reforçar a moralidade, a ética e, acima de tudo, o respeito à dignidade da mulher dentro do serviço público municipal.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma das mais graves violações dos direitos humanos. Ela destrói famílias, fere a cidadania e atinge diretamente valores fundamentais da nossa sociedade. A Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006) foi criada justamente para enfrentar esse problema, sendo reconhecida como uma das legislações mais importantes no combate à violência contra a mulher.

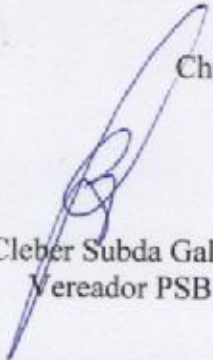
No entanto, sabemos que, na prática, ainda existem muitas dificuldades. Todos os dias mulheres sofrem agressões físicas, psicológicas, morais e patrimoniais. É papel do Poder Público não apenas punir, mas também prevenir e dar o exemplo. Um município que permite que agressores de mulheres ocupem cargos públicos transmite à população uma mensagem errada, de convivência e de falta de compromisso com a dignidade humana.

Não é admissível que alguém condenado por violência contra a mulher, ou mesmo sujeito a medidas protetivas, assuma uma função pública que exige confiança, responsabilidade e respeito à coletividade. O serviço público precisa ser ocupado por pessoas que demonstrem conduta compatível com os valores de justiça, moralidade e respeito.

Ao impedir que agressores ocupem cargos efetivos ou em comissão, estamos fortalecendo o princípio da moralidade administrativa, dando mais credibilidade ao Poder Público e defendendo os direitos das mulheres.

Por tudo isso, peço o apoio dos colegas vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que além de proteger as mulheres, protege também a imagem e a seriedade da Administração Pública Municipal.

Chувиска, 26 de setembro de 2025.



Cleber Subda Galski  
Vereador PSB